



## Legislativo celebra os 25 anos da Carta Magna

Páginas 3, 4 e 5



**Parlamento Estadual conquista vitória no STF com Adin das bancadas**

Página 2



**Audiência Pública na Alepe debate Dia da Consciência Negra**

Página 7



**Novembro Azul é comemorado com iluminação do Palácio**

Página 8

## BANCADAS

# STF PUBLICA DECISÃO SOBRE ADIN AJUIZADA PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por meio de publicação no Diário Oficial da União em 10 de novembro, a procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pela Assembleia Legislativa de Pernambuco contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que alterava a quantidade de deputados federais e estaduais em 13 unidades federativas do País. No caso de Pernambuco, o número de cadeiras no Parlamento estadual seria reduzido de 49 para 47.

A inconstitucionalidade da Resolução nº 23.389/2013 do TSE, que redefinia o tamanho das bancadas, foi declarada pelo STF em junho deste ano. Outras cinco Casas Legislativas do País também entraram com ações contra a decisão do TSE.

Se aprovada, a resolução reduziria o número de deputados federais em Pernambuco, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Alagoas e Rio Grande do Sul. Outros cinco Estados teriam acréscimo em sua representação: Pará, Minas Gerais, Ceará, Santa Catarina e Amazonas.



BRENO LAPROVITERA

O presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa, encaminhou ação ajuizada pela Procuradoria-Geral do Parlamento Estadual

Elaborada pela Procuradoria da Alepe, a Adin 5.028 foi relatada, no STF, pelo ministro Gilmar Mendes. A ação recebeu os votos favoráveis dos

ministros Joaquim Barbosa, então presidente do Supremo, Rosa Weber, Teori Zavascki, Luiz Fux, Marco Aurélio, Celso de Mello, Ricardo Lewandowski

e Cármen Lúcia. Além do próprio relator, também julgaram a Adin improcedente os ministros Roberto Barroso e Dias Toffoli.



RINALDO MARQUES

Sílvio Costa Filho destacou trabalho dos procuradores da Casa

## VITÓRIA NA JUSTIÇA É COMEMORADA

O deputado Sílvio Costa Filho (PTB) parabenizou a Procuradoria-Geral e a Presidência da Assembleia Legislativa pela vitória judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que alterava a composição parlamentar em 13 unidades federativas. Em Pernambuco, a medida reduziria a bancada de 25 para 24 parlamentares na Câmara Federal e de 49 para 47 deputados na Alepe. A posição do STF foi publicada no Diário Oficial da União.

De acordo com o parlamentar, os procuradores da Casa tiveram papel importante na conquista, mostrando a fragilidade da de-

cisão do TSE ao Supremo, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) 5.028, relatada pelo ministro Gilmar Mendes. “Quando diminui o número de assentos no Parlamento, principalmente em Brasília, perde-se a representatividade democrática”, argumentou Costa Filho.

A inconstitucionalidade da Resolução nº 23.389/2013 do TSE, que redefinia o tamanho das bancadas, foi declarada pelo Supremo em junho deste ano. Outras cinco Casas Legislativas do País afetadas pela medida, também entraram com ações contra a decisão do TSE.



## CONSTITUIÇÃO

# HOMENAGEM AOS CONSTITUINTES DE 1989

Com o Plenário e galerias lotados, a Casa Joaquim Nabuco comemorou em Reunião Solene, os 25 anos de promulgação da Constituição Estadual, promovendo a entrega de medalha comemorativa. Foram agraciados os parlamentares constituintes de 1989, além de dois servidores do Legislativo Estadual que participaram da redação da Carta Magna de Pernambuco.

A comenda foi criada pela Resolução nº 1.268, de 8 de outubro de 2014, e contou com a participação dos deputados André Campos e Raquel Lyra, ambos do PSB, e Tony Gel (PMDB) na comissão organizadora da solenidade.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), presidiu a reunião, ao lado do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Frederico Ricardo de Almeida Neves; do presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Carlos Porto; e do vereador Aderaldo Pinto (PRTB), que representou a Câmara Municipal do Recife.

Uchoa lembrou que, no dia 5 de outubro de 1989, aconteceu a promulgação da

Constituição Estadual, destacando que “o documento simboliza o espírito democrático de Pernambuco”, e veio no seguimento do exemplo do Congresso Nacional, que havia concluído a redação no ano anterior, 1988, da atual Constituição Brasileira.

O presidente da Alepe ressaltou que aquele período teve como marca o alto nível do debate democrático. “Nossa Assembleia Constituinte refletiu altivez e a luta do nosso povo. Foi escrita sem o uso de armas, o embate foi travado apenas no campo das ideias e dos ideais. Buscava-se o crescimento na democracia, sempre almejada ao longo dos 21 anos de ditadura militar”, recordou.

Em discurso na tribuna, o deputado Marcantônio Dourado (PSB) falou em nome dos homenageados. Ele, ao lado do Mavial Cavalcanti (DEM), Henrique Queiroz (PR) e Augusto César (PTB) formam o grupo de parlamentares que participou da elaboração da Carta Magna de Pernambuco e ainda exerce mandato.

Marcantônio Dourado disse que reunir no mesmo plenário de 25 anos atrás

nomes que ajudaram a fazer a história de Pernambuco é um momento especial. “Ainda ressoam aqui as conquistas para Pernambuco e seu povo como frutos das contribuições da Carta Magna que ajudamos a escrever. Somos testemunhas e autores de um momento marcante da vida democrática do Estado”, declarou. Para ele, com a Constituinte, começou-se a “forjar as bases para um Pernambuco mais forte, preparado para enfrentar o século 21”.

O deputado Augusto César, vice-líder da Oposição, comentou a satisfação de participar da solenidade. “Estamos celebrando grandes conquistas, fruto do processo de democratização do País, como instrumento de consolidação dos direitos e garantias fundamentais do cidadão”, declarou.

Para o vice-líder do Governo, Diogo Moraes, o valor da homenagem está na linha direta da importância da democracia. “Somos felizes por viver no Estado democrático de direito. Já dizia Rui Barbosa: ‘A pior democracia é preferível à melhor das ditaduras’. Hoje podemos

testemunhar os benefícios da vida sob princípios democráticos”, festejou.

Os parlamentares que integraram a Mesa Diretora da Assembleia Constituinte e representantes dos membros já falecidos foram os primeiros a receber a medalha e diploma das mãos de Guilherme Uchoa. Os deputados Marcantônio Dourado, Raquel Lyra, Tony Gel, Eriberto Medeiros, Diogo Moraes e Augusto César também entregaram as comendas aos demais agraciados, incluindo os representantes dos servidores da Alepe, Ana Olímpia Severo, secretária-geral da Mesa Diretora; e José Carlos Nascimento de Santana, assessor da Comissão de Agricultura.

Durante a solenidade, foi exibida uma reportagem sobre a Constituinte produzida pela Superintendência de Comunicação Social, com o apoio da Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. O Quinteto da Orquestra Cidadã executou os hinos Nacional e de Pernambuco e o clássico popular *Asa branca*, de Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga.

*Continua nas páginas 4 e 5*

RINALDO MARQUES



Reportagem sobre a Constituinte de 1989 foi exibida durante a Reunião Solene em homenagem aos 25 anos de promulgação da Constituição de Pernambuco

## HOMENAGEM

# MEDALHAS PARA COMEMORAR OS 25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

**Fernandino Neto**

A Assembleia Legislativa entregou, em 19 de novembro, a Medalha Comemorativa dos 25 anos da Constituição do Estado de Pernambuco aos deputados constituintes de 1989. A comenda foi criada por meio da Resolução nº 1.268, de 8 de outubro de 2014. Além dos parlamentares vivos e dos representantes daqueles já falecidos, também receberam a medalha dois servidores da Alepe representando os que participaram do processo de elaboração do texto constitucional.

A medalha, gravada em bronze, tem a cor de ouro e contém em uma das faces a imagem com detalhe frontal do Museu Palácio Joaquim Nabuco, contendo também a inscrição Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco 1989 - 2014. Na outra face, em alto relevo, o registro do momento da promulgação, com a inscrição Medalha Comemorativa dos 25 anos da Constituição do Estado de Pernambuco.

O deputado André Campos (PSB), presidente da comissão responsável pelas comemorações dos 25 anos da Constituição, disse que o evento foi um marco. “Como o Brasil pode se orgulhar da Constituição de 1988, Pernambuco também tem vários motivos para se orgulhar da sua Constituição”, apontou.

A Carta Magna do Estado foi promulgada um ano após a aprovação da Constituição Brasileira de 1988, numa sessão histórica com a presença de diversas personalidades políticas e autoridades oficiais. A elaboração do texto foi um trabalho intenso, que envolveu 58 deputados, juristas, funcionários e a sociedade civil - esta última através de inúmeras reivindicações. Ao final, a Constituição assegurou aos cidadãos pernambucanos direitos sociais, liberdades plenas, princípios fundamentais da administração pública e o controle de inconstitucionalidade por omissão.

O ex-deputado Marcus Cunha, relator da Constituinte, recorda que na época havia uma radicalização muito grande entre a direita e a esquerda, principalmente em relação à questão latifundiária. “A discussão era muito segmentada. Um dos temas era a questão indígena e havia mobilizações, sobretudo em Águas Belas”, rememora.

Marcus Cunha explica que, como relator, teve o cuidado de se cercar de juristas das mais variadas tendências. “Fui buscar representantes tanto no Tribunal de Justiça como nos escritórios de advocacia. Seguíamos a Constituição Federal e fazíamos adaptações. Consegui unir os dois lados, direita e esquerda, e elaborar um texto que agradou, sem que deixássemos de tomar partido”, assegura.



RINALDO MARQUES

Parlamentares e servidores do Poder Legislativo receberam medalha comemorativa

Mais de duas décadas depois, o texto original sofreu algumas alterações, encontrando-se atualizado nos dias atuais, de acordo com o presidente da Alepe, deputado Guilherme Uchoa (PDT). Juiz aposentado, ele afirmou que a Casa prestou um excelente serviço à sociedade pernambucana - principalmente ao mundo jurídico - quando fez uma revisão em todo o texto. “Existiam leis que ainda dependiam de normas complementares, outras já haviam sido revogadas. Hoje, o texto se encontra rigorosamente atualizado, à disposição

da sociedade também através dos meios eletrônicos da Casa”, destaca.

Na opinião do desembargador Frederico de Almeida Neves, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a grande conquista da Constituição foi a de assegurar, ao longo de 25 anos, a paz institucional. O magistrado ressaltou a influência da Lei Maior na vida do cidadão, mas afirmou que os direitos precisam atingir a todos. “Se por um lado a Constituição assegura direitos essenciais para os cidadãos, por outro lado, constata-se que nem todos têm acesso a esses direitos”, observou.

## QUATRO CONSTITUINTES AINDA NA CASA

Na pauta de homenageados da Reunião Solene em comemoração aos 25 anos da Constituição Estadual figuraram os nomes de quatro deputados constituintes que permanecem atuando na Casa, com mandato: Mavíael Cavalcanti (DEM), Henrique Queiroz (PR), Marcantônio Dourado (PSB) e Augusto César (PTB).

Eleito deputado pela primeira vez em 1974, Mavíael Cavalcanti diz que apesar da tensão registrada à época, o processo de elaboração do texto foi marcado pelo diálogo. “Passávamos por um período muito tenso, embora a tensão tivesse diminuído quando chegamos para a Constituinte. Naquela época havia uma verdadeira luta entre a esquerda e a direita e a Constituição representava a democracia e o direito do voto livre”, descreve.

Outro homenageado, o deputado Henrique Queiroz lembra que o clima era

de assegurar os direitos exigidos pela população. “Nós tivemos o cuidado de elaborar uma Constituição escutando a população, através de comissões temáticas, para que o texto final viesse, de fato, atender aos ideais do povo pernambucano. Procuramos nos cercar de pessoas de alto conhecimento jurídico e outras ligadas aos meios populares”, disse.

Para o deputado Marcantônio Dourado, o ambiente era de novidade e surpresas. Deputado estreante, ele via no Legislativo um simbolismo familiar - já que seu pai, Antônio Dourado, fora Constituinte em 1946. “Ficava deslumbrado ao ver figuras proeminentes da política de Pernambuco trabalhando ao meu lado. As classes trabalhadoras vinham fazer reivindicações e existiam muitas cobranças. Uma das partes que fiquei responsável foi a questão dos direitos do

consumidor. Ao final, saiu vitorioso o Estado”, enfatizou.

Já Augusto César assumiu mandato na Assembleia em 1988 como primeiro suplente do PDT, por quatro meses, e participou da elaboração da Carta Magna. Ele ressaltou a importância do legado daquele trabalho nos dias atuais. “Inclusive o papel de uma oposição propositiva e responsável, para atender os interesses do povo”, afirmou Augusto César.

A participação dos funcionários da Assembleia Legislativa também foi fundamental para a execução dos trabalhos. Muitos deles começavam a trabalhar pela manhã e várias vezes terminaram os serviços durante a madrugada. Dois deles ainda atuam na Casa e foram homenageados durante a solenidade: Ana Olímpia Severo, secretária-geral da Mesa Diretora; e José Carlos Nas-

cimento de Santana, assessor da Comissão de Agricultura.

“Sinto-me orgulhosa e ao mesmo tempo com uma responsabilidade muito grande por estar representando todas as mulheres que se dedicaram, de corpo e alma, durante vários meses, em trabalhos que se estendiam até a madrugada”, externou Ana Olímpia.

José Carlos entrou na Casa no ano de 1974, através de concurso público. Entre os seus orgulhos, está o fato de ter redigido muitos trechos da Constituição Estadual e do Regimento Interno da Alepe. “Foi um período de muito trabalho. Os deputados apresentaram muitas emendas ao projeto original, de autoria do Dr. Pinto Ferreira e outros juristas. Na época, a Assembleia tinha apenas dois computadores e o trabalho era datilografado. Hoje, vejo que o momento tinha um valor bem maior”, avaliou. (FN)

## CONSTITUINTES

JOÃO FERREIRA LIMA FILHO  
*presidente (in memoriam)*

FELIPE COELHO  
*primeiro vice-presidente  
(in memoriam)*

CARLOS ADILSON PINTO LAPA  
*segundo vice-presidente*

JOSÉ HUMBERTO LACERDA BARRADAS  
*primeiro-secretário*

JOSÉ GERALDO DA MOTA BARBOSA  
*segundo-secretário*

GILVAN CORIOLANO DA SILVA  
*terceiro-secretário*

MANOEL FERREIRA DA SILVA  
*quarto-secretário*

MARCUS CUNHA  
*relator*

ADEMIR BARBOSA DA CUNHA; ADOLFO  
JOSÉ DA SILVA; ÁLVARO SILVA RIBEIRO;

ANTONIO MARIANO DE BRITO;

ARGEMIRO PEREIRA DE MENEZES (IN  
MEMORIAM); ARTHUR CORREIA DE

OLIVEIRA (IN MEMORIAM); AUGUSTO  
CÉSAR; CARLOS PORTO DE BARROS

CARLOS; ROBERTO GUERRA FONTES;

CLODOALDO DA SILVA TORRES;

EDUARDO GOMES DE ARAÚJO; FAUSTO

VALENÇA DE FREITAS; FERNANDO

ANTONIO CARVALHO RIBEIRO PESSOA;

FRANCISCO CINTRA GALVÃO;

GARIBALDI BEZERRA GURGEL;

GERALDO PINHO ALVES FILHO;

GERALDO DE SOUZA COELHO;

HENRIQUE JOSÉ QUEIROZ COSTA;

INALDO IVO LIMA; IVO TINÓ DO

AMARAL; JOÃO LYRA FILHO (IN

MEMORIAM); JOÃO RAMOS COELHO;

JOEL DE HOLANDA CORDEIRO; JOSÉ

AGLAILSON QUERÁLVARES; JOSÉ

ANTONIO LIBERATO (IN MEMORIAM);

JOSÉ ÁUREO RODRIGUES BRADLEY;

JOSÉ CARDOSO DA SILVA (IN

MEMORIAM); JOSÉ FERREIRA DE

AMORIM; JOSÉ HUMBERTO DE MOURA

CAVALCANTI FILHO; JOSÉ MENDONÇA

BEZERRA FILHO; LUIZ EPAMINONDAS

FILHO (IN MEMORIAM); MANOEL ALVES

DE SOUZA; MANOEL RAMOS DE

ALMEIDA (IN MEMORIAM); MANOEL

TENÓRIO LUNA (IN MEMORIAM);

MARCANTÔNIO DOURADO; MARIA

LÚCIA HERÁCLIO DE SOUZA LIMA;

MAVIAEL CAVALCANTI; MURILO

CARNEIRO LEÃO PARAÍSO (IN

MEMORIAM); NEWTON D'EMERY

CARNEIRO; OSVALDO RABELO (IN

MEMORIAM); PAULO PESSOA GUERRA

FILHO; PEDRO EURICO DE BARROS E

SILVA; RANILSON BRANDÃO RAMOS;

ROLDÃO JOAQUIM DOS SANTOS;

SEVERINO ALMEIDA FILHO; SEVERINO

JOSÉ CAVALCANTI FERREIRA; SEVERINO

SÉRGIO ESTELITA GUERRA (IN

MEMORIAM); VALDEMAR CLEMENTINO

RAMOS; VANILDO DE OLIVEIRA

AYRES (IN MEMORIAM); VITAL

CAVALCANTI NOVAES.

## DIA HISTÓRICO EM PERNAMBUCO

Quinta-feira, 5 de outubro de 1989. Exatamente um ano após a promulgação da Constituição Brasileira - que marcou o fim de mais de duas décadas de ditadura militar no País -, o Estado de Pernambuco festejava a publicação oficial de sua própria Constituição.

No início da manhã, os constituintes começaram a autografar oficialmente os cinco primeiros volumes impressos da nova Constituição. Enquanto o deputado Mendonça Filho (PFL) assinava o texto como o mais novo constituinte, aos 23 anos de idade, o pedetista João Lyra Filho, aos 77, era considerado o mais idoso.

Após a cerimônia das assinaturas, os deputados posaram para fotografias em frente à sede do Legislativo, na Rua da Aurora. Às 11h, descerraram a placa comemorativa, com os nomes de todos os deputados, na antessala do Plenário. Somente às 16h15, foi iniciada a Reunião Solene que promulgou a Carta.

A mesa dirigente foi composta pelo presidente da Constituinte, deputado João Ferreira Lima Filho (PMDB); o governador Miguel Arraes; o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Mauro Jordão; e o presidente da Assembleia Legislativa, Clodoaldo Torres (PMDB). Também foram convidados a compor a mesa o presidente da Comissão de Sistematização, Geraldo Coelho (PFL); o primeiro-secretário da Constituinte, Humberto Barradas (PMDB); e o relator, deputado Marcus Cunha (PMDB).

Na sequência, João Ferreira Lima leu o termo de compromisso para que os deputados estaduais, o governador e o presidente do Tribunal de Justiça jurassem solenemente a nova Lei Maior do Estado. Apesar da preocupação do cerimonial com o limitado espaço físico da Casa, uma área especial foi reservada para os constituintes de 1946, data em que fora promulgada a Constituição anterior.

Dos 55 parlamentares daquele período de redemocratização pós-Estado Novo, a Alepe conseguiu localizar apenas 21, entre eles: Lael Feijó Sampaio (irmão do ex-governador Cid Sampaio), Tabosa de Almeida (fundador das Faculdades de Direito e Odontologia de Caruaru), Décio Valença (pai do cantor Alceu Valença), Irineu de Pontes Vieira, Adalgisa Cavalcanti, Ruy Antunes e Paulo Magalhães.

A sessão tornou-se histórica não apenas pelo acontecimento em si, mas também pelo número de personalidades políticas e autoridades oficiais presentes. Governador, secretários de Estado, prefeitos, vereadores, senadores, deputados federais, comandantes militares da Região Nordeste, desembargadores, representantes de consulados,



Miguel Arraes lê documento ao lado de Clodoaldo Torres e João Ferreira Lima Filho

presidentes de autarquias e instituições do Governo Federal, junto a entidades da sociedade civil, compareceram à solenidade.

Com o Plenário e as galerias totalmente lotados, muitos tiveram de acompanhar a transmissão do evento, através de um equipamento de som, no pátio da Alepe. Duas ausências foram destacadas pela imprensa: o constituinte João Coelho (PDT) e o arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso. Coelho decidiu não assinar a Carta, alegando discordar de diversos pontos aprovados.

No ambiente comemorativo, a reunião revelou ainda seu lado democrático: grupos insatisfeitos com o Governo do Estado aproveitaram a oportunidade para protestar. As divergências políticas também ficaram de lado durante a solenidade. Ao final de um longo discurso, o líder oposicionista, Carlos Porto (PFL), disse que os deputados pernambucanos deram uma contribuição real para “a consolidação do direito e construção das instituições democráticas”.

O líder governista, José Áureo Bradley (PMDB), reconheceu as dificuldades do período de elaboração da Carta, mas ressaltou que o texto trouxe avanços. Ele disse ainda que “esquerda e direita divergiram frontalmente em inúmeros aspectos”. Presidente da Comissão de Sistematização, Geraldo Coelho (PFL) procurou desenvolver um tom poético e historiador em sua fala. “Esta é uma cruzada. Um momento tão importante quanto o da abolição da escravidão”, definiu.

Em seu pronunciamento, o governador Miguel Arraes destacou que “a Carta foi um trabalho importante feito pelos deputados”, mas reconheceu que a nova Constituição teria que mostrar sua eficácia na prática. O relator da Constituinte, Marcus Cunha, 18 quilos mais magro um ano após o início dos trabalhos, foi homenageado com uma plaqueta comemorativa, entregue

pelo colega de bancada Vanildo Ayres.

O Movimento Unificado Constituinte Popular (MUCP), que acompanhou de perto todo o trabalho de elaboração da nova Constituição, inclusive apresentando emendas populares, resolveu homenagear, durante a solenidade, David Capistrano da Costa, constituinte estadual de 1946, preso e desaparecido em 1974 pelos órgãos de repressão da ditadura militar.

Entre os novos avanços da Carta, o MUCP citou a participação representativa da sociedade civil nas áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e o reajuste salarial dos deputados nos mesmos índices do funcionalismo público estadual. Ao passo em que elogiava avanços nos direitos das pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, o Movimento criticava a ausência de eleições diretas para diretores de escolas e reitores.

A mulher também teve lugar na elaboração da Constituição de 1989, representada pela deputada Lúcia Heráclio. Radiante, a constituinte apontava como ganhos a criação das Delegacias da Mulher e da medida que determinou 60 dias de folga para a servidora que adotar uma criança com menos de dois anos de idade.

Durante a solenidade, a Casa entregou um exemplar da nova Constituição aos representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Outros dois foram encaminhados ao Arquivo e Biblioteca Pública. A expressão de satisfação no rosto de cada parlamentar refletia o “sentimento do dever cumprido”. A sessão foi iniciada com a execução do Hino de Pernambuco e encerrada ao som do Hino Nacional.

Promulgada a Constituição Estadual, os municípios começaram a se organizar para elaborar suas Leis Orgânicas. O prazo dado aos vereadores foi o mesmo que tiveram os deputados, de um ano, com a data limite de cinco de outubro de 1990. (FN)

SÉRIE AGORA É LEI

# ASSENTO PARA ACOMPANHANTE DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Visando o conforto e o bem-estar das pessoas com deficiência, a Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou, em setembro último, a Lei nº 15.360/2014, que institui a obrigatoriedade da reserva de assentos para acompanhantes de pessoas com deficiência em teatros, cinemas, casa de shows e espetáculos em geral. O projeto é de autoria do deputado Sérgio Leite (PT). O objetivo da proposta é facilitar o acesso a espaços culturais, de portadores de deficiência que necessitam de acompanhantes, garantindo o direito de acessibilidade de maneira segura e acolhedora.

Após um acidente de carro, Sebastião Duarte, 48 anos, ficou tetraplégico e precisa de um acompanhante para todas as suas atividades. Segundo Duarte, ele já perdeu a oportunidade de frequentar muitos espaços culturais devido à falta de acessibilidade. “Precisamos ter acesso normal e decente, como qualquer outra pessoa. Há lugar exclusivo para cadeirante, mas esquecem do acompanhante”, destacou.

De acordo com os dados do Censo Demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 45,6 milhões de brasileiros têm alguma deficiência, o número representa aproximadamente 23,9% da população. Por região, o percentual fica assim distribuído: Sudeste com 9,7%; Nordeste, 7,4%; Sul, 3,2%; Norte, 1,9% e Centro-Oeste 1,7%.

Segundo o cadeirante Alcidézio Ramos, 59 anos, ele já teve que ficar separado de sua esposa em cinema, teatro e shows. “Geralmente, o cadeirante vai acompanhado por outra pessoa, um amigo, esposa ou um familiar, alguém que por muitas vezes tem que sentar longe. Sempre que posso, frequento esses ambientes, mas por falta de acesso fico sentando separado da minha esposa. Com a lei, vamos poder sentar juntos”, ressaltou.

Conforme a iniciativa, a fiscalização do cumprimento da norma e as punições do não cumprimento são sujeitas a sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor, de acordo com a Lei Federal nº 8.078/1990.



RINALDO MARQUES

Pela nova lei aprovada pelos deputados, acompanhante de pessoa com deficiência terá assento preferencial em cinemas, teatros, casa de shows e espetáculos em geral

## LIXEIRAS EM ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS

A instalação de lixeiras em ônibus contribui para o destino correto do lixo, mas, infelizmente, nem sempre os coletores são encontrados no interior dos transportes coletivos intermunicipais. A

observação é do deputado Daniel Coelho (PSDB), autor do projeto que deu origem à Lei nº 15.311/2014, que determina a colocação de lixeiras no interior dos ônibus interurbanos.



WILLIAMS AGUIAR

Desde o mês de setembro, empresas estão obrigadas a instalar coletores nos ônibus

De acordo com Coelho, com a ausência do equipamento, a sujeira se torna um problema, pois, se não colocada em lugar adequado, compromete o meio ambiente e aumenta o risco de acidentes, quando os resíduos são jogados pela janela do veículo.

A norma, promulgada em 13 de junho pela Assembleia Legislativa, entrou em vigor em setembro. Ela obriga as empresas permissionárias e/ou concessionárias do transporte coletivo intermunicipal a instalar os recipientes no interior dos veículos. “A medida vai conscientizar os usuários acerca da necessidade de preservação ambiental e dos espaços públicos”, avaliou.

Para o parlamentar, é importante que a população compreenda a necessidade de colocar o lixo no lugar apropriado, e para isso é preciso oferecer condições adequadas. “É necessário conscientizar e estimular as pessoas no sentido de preservar o meio ambiente e de praticar a cidadania”, disse, acrescentando que se o

lixo não é jogado nas ruas, evita-se, também, o acúmulo desmedido de sujeira nas vias públicas e os entupimentos de bueiros e canaletas tão visíveis no período das enchentes.

Segundo a legislação, as empresas também devem afixar em lugar de fácil visualização mensagens educativas nos coletores, com o seguinte texto: “Preserve o meio ambiente. Não jogue lixo nas vias públicas”. A lei ainda exige a higienização do veículo por meio de dedetizações periódicas, com a finalidade de evitar a proliferação de insetos. “As dedetizações devem ser feitas em períodos que garantam a efetiva higienização dos veículos”, explicou.

O descumprimento da lei acarretará advertência, numa primeira autuação, e multa no valor de R\$ 1 mil a R\$ 10 mil, dependendo do porte da empresa e do grau de reincidência. A lei será regulamentada pelo Poder Executivo, em todos os aspectos necessários para a sua aplicação.

## DEBATE

# AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA

O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, foi tema de audiência pública realizada pela Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa. Políticas públicas, o combate ao racismo e o sistema de cotas raciais foram temas abordados no encontro, que reuniu representantes do poder público e entidades ligadas ao movimento negro.

De acordo com Vera Baroni, representante do Uiala Mukaji Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco, o Brasil é o segundo País com o maior número de negros, atrás da Nigéria. “Há 500 anos lutamos para que o negro seja incluído na sociedade e que políticas públicas possam ser efetivadas nas diferentes áreas. As oportunidades aparecerão quando nós, negros, tivermos um espaço na sociedade. Queremos igualdade através de políticas públicas”, enfatizou Vera.

Vânia Freitas, representante do Movimento Encrespa Geral, que promove a valorização da beleza natural dos cabelos crespos, disse que o grupo tem o objetivo de “reunir, apoiar e ajudar mulheres a discutir o processo de aceitação das características étnicas raciais.”

Os encontros acontecem em várias cidades do País e neles também há troca de informações sobre como cuidar da cabeleira.



Políticas públicas, combate ao racismo e sistema de cotas raciais foram temas abordados na audiência da Comissão de Educação

“O intuito é quebrar o mito de que cabelo bom é o liso. Ajudamos as pessoas a lidar com a falta de valorização e aceitação da sociedade à estética natural afro”, explicou.

Gláucia Torres, aluna de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas de Olin-da (Facho), apresentou dados de um es-

tudo sobre a ressignificação da negritude feminina através dos cabelos cacheados. “Não existe cabelo bom ou ruim. Todos os tipos de cabelos são iguais, assim como todas as pessoas são humanas”, afirmou.

A presidente da Comissão de Educação, Laura Gomes (PSB), acredita que

discutir o tema na Casa é importante para enfrentar e vencer os preconceitos raciais. “A questão do cabelo é muito forte. As mulheres negras são vítimas de preconceito por ter cabelo afro e ouvirem que ele é ruim. Todo cabelo é bom desde que você se identifique”, disse Laura Gomes.

## LEGISLAÇÃO

## APROVADOS PROJETOS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Dois projetos voltados para a proteção dos direitos do consumidor foram aprovados pela Comissão de Constituição,

Legislação e Justiça (CCLJ) da Alepe. Um dos textos determina a interdição e aplicação de multa a estabelecimentos

que desligarem seus equipamentos de refrigeração de alimentos. O outro proíbe cobrança de valores referentes ao can-

celamento de reserva em hotéis e similares no Estado.

As matérias de nº 1965/2014 e 2133/2014 são de autoria do deputado Adalberto Cavalcanti (PTB) e do deputado Ricardo Costa (PMDB), respectivamente, e ambas foram relatadas pelo deputado Augusto César (PTB).

Entre as exigências do Projeto de Lei nº 1965/2014, está a de os estabelecimentos manterem os equipamentos ligados ininterruptamente, com instalação de sistema de baterias que garanta o funcionamento em caso de interrupção de energia elétrica, permitindo manter a qualidade e condições de higiene dos alimentos.

Já o 2133/2014 prevê a isenção da cobrança de multa por cancelamento de reserva em estabelecimento hoteleiro ou similar, se este for efetuado 72 horas antes da data e hora marcadas para check-in. “São projetos que protegem o consumidor”, avaliou o vice-presidente da CCLJ, deputado Angelo Ferreira (PSB), que presidiu a reunião.



Questões relativas a estabelecimentos com equipamentos de refrigeração de alimentos e hotéis foram debatidas pelos deputados

## NOVEMBRO AZUL

# PREVENÇÃO AO CÂNCER DE PRÓSTATA E AO DIABETES

A Assembleia Legislativa de Pernambuco se iluminou de azul no mês de novembro em adesão às campanhas de prevenção ao câncer de próstata e ao diabetes. O Novembro Azul, do qual a Alepe participa pelo segundo ano consecutivo, é realizado com o objetivo de alertar os homens sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de próstata.

O movimento ilumina com a cor azul pontos turísticos e repartições públicas de cidades do mundo inteiro para conscientizar os homens sobre a necessidade de exames preventivos. O câncer de próstata é o segundo tipo que mais mata homens no Brasil, depois do de pele. Em 2015, a estimativa é que 69 mil novos casos sejam diagnosticados. O azul também é a cor da campanha do Dia Mundial de Combate ao Diabetes, celebrado em 14 de novembro.

Anualmente, o Museu Palácio Joaquim Nabuco se ilumina de rosa no mês de outubro e de azul em novembro, em adesão às campanhas de prevenção do câncer de mama e de próstata realizadas em todo o mundo nestes meses. O engajamento no Outubro Rosa é resultante do Projeto de Resolução nº 1156/2012, de autoria da deputada Mary Gouveia. Já a participa-

ção no Novembro Azul foi proposta pelo deputado Sérgio Leite (PT), no Projeto de Resolução 1650/2013.

AÇÃO - O Mutirão de Saúde Outubro Rosa e Novembro Azul, para diagnóstico precoce dos cânceres de mama e de próstata, reuniu centenas de servidores e seus dependentes na Superintendência de Saúde e Medicina Ocupacional da Assembleia Legislativa. A ação acontece pelo segundo ano consecutivo, numa parceria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Alepe com o Serviço Social da Indústria (Sesi).

As 75 fichas para atendimento das mulheres para o ultrassom de mama foram distribuídas desde o dia anterior. Os últimos homens de um total de 75 inscritos para realizar ultrassom da próstata chegaram cedo e aguardaram na fila.

Apesar da grande procura, o atendimento foi rápido. Nos casos de detecção de anormalidade, outros exames eram realizados. Para as mulheres, a investigação por mamografia foi feita imediatamente. O exame PSA para os homens também poderia ser feito na hora. Em todos os casos, o paciente já saía do atendimento com os exames em mãos e a orientação para prosseguir eventual tratamento necessário.



WILLIAMS AGUIAR

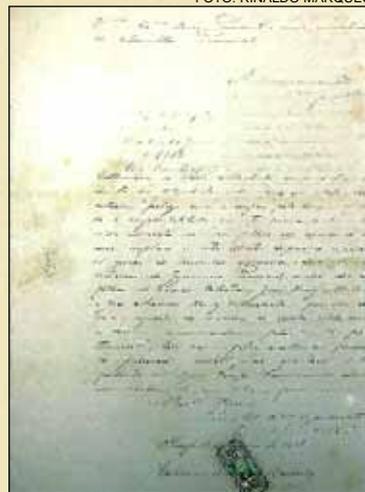


Museu Palácio Joaquim Nabuco ficou iluminado de azul em defesa da campanha de combate ao câncer de próstata e ao diabetes. Servidores e dependentes realizaram exames preventivos contra as doenças, inclusive o câncer de mama

## SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

## ALFABETIZAÇÃO SEMPRE ESTEVE NA PAUTA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.  
FOTO: RINALDO MARQUES



Em 14 de novembro comemorou-se o Dia Nacional da Alfabetização. Data instituída em 1966, pelo decreto nº 59.452, em homenagem à criação do antigo Ministério da Educação e Saúde Pública, atualmente Ministério da Educação. A finalidade da efeméride é celebrar a alfabetização, por meio de “palestras e atos solenes, em todos os estabelecimentos públicos e particulares de ensino e pelos órgãos e entidades culturais de todo o País”. A meta é promover o fim do analfabetismo, que ainda apresenta índices elevados no Brasil.

A educação, segundo a Constituição Federal de 1988, é “direito de todos e dever do Estado e da família”. De acordo com a Carta Magna, “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Para tanto, a alfabetização tornou-se foco de inúmeras políticas públicas, destinadas à melhoria das condições de ensino no Brasil, sendo sua erradicação o principal objetivo dos poderes públicos e da sociedade.

Além de promover o aprendizado da leitura e da escrita, a alfabetização envolve a capacidade de interpretar e produzir co-

nhhecimento. O tema educação sempre esteve em pauta na Assembleia Legislativa de Pernambuco. Hoje, assunto tratado prioritariamente pela Comissão de

Educação e Cultura, estava ao longo dos séculos 19 e 20 sob a alçada da Comissão de Instrução Pública, que recebia centenas de petições da população solicitando desde a criação de escolas em vilas até a contratação de professores e a disponibilização de insumos para alunos considerados carentes.

Entre essas petições, encontra-se a de Catharina Ricci Machado, datada de 14 de janeiro de 1879. Viúva de Leonel da Cunha Machado e mãe de sete filhos, Catharina alegava encontrar-se “em estado de extrema pobreza” e solicitava à Assembleia Provincial mandar admitir dois de seus filhos no Gymnasio Provincial.

Ela justificava que Antônio José Diniz Machado e José Antônio Diniz Machado, com 10 e 11 anos respectivamente, mereciam ingressar nesta escola “por serem bem comportados e pela inteligência e aplicação que demonstraram possuir, podendo futuramente tornarem-se úteis e servir à cara Província de Pernambuco”. Essa e outras petições semelhantes podem ser consultadas no Arquivo geral da Alepe.

**CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA** - Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Imagem - Lei nº136, de 3 de julho de 1895. Arquivo Geral. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco